

O tempo certo



Opinião Maria Amélia Martins-Loução

Vivemos tempos difíceis. A pandemia de covid-19 veio de rompante, sem pedir licença. A globalização tem destas consequências: é boa para ter tudo em tempo útil, mas traz também o indesejável, como as pragas das culturas, as invasões biológicas para o ambiente e para a saúde. Este é um caso de “invasão” difícil de combater. Mas, tal como nas que afectam a sustentabilidade dos ecossistemas, esta, que afecta a saúde humana, encontrou terreno para se alastrar e desenvolver com agressividade, porque as condições

ambientais assim o permitiram. Durante o período de isolamento, há tempo para pensar e tomar consciência sobre a necessidade de desenvolver novas estratégias para o futuro da sociedade. Este período deve ser também a oportunidade para reflectir sobre o modo como se têm explorado os recursos naturais e compreender a ligação desta pandemia com as alterações globais ao meio ambiente.

Há muito que os cientistas avisam que a desflorestação incessante, a perda e degradação de habitats, o uso e abuso de monoculturas intensivas, o comércio ilegal de espécies selvagens, o consumo de animais, e o aumento da densidade populacional urbana facilitam as pandemias. O SARS, em 2003, foi um aviso. Seguiu-se a crise económica de 2008, que levou as autoridades financeiras a injectar liquidez no sistema financeiro e a

adoptar medidas para estimular a economia. E, mais uma vez, o poder económico falou mais alto e sobrepôs-se a todos os avisos que os cientistas dão, há mais de 30 anos.

Esta estirpe de coronavírus veio alterar completamente todas as medidas financeiras dos governos, o tipo de trabalho até aqui desenvolvido, os modos tradicionais de ensino e até as previsões de consumo e aforro das famílias. E tempo de união de valências e saberes e Portugal tem sido pródigo em mostrar como da adversidade se podem desenvolver oportunidades de trabalho, cooperação, voluntariado e reformulação de actividades. A sociedade teve de se adaptar a um novo modo de viver mais contido, em afectos e consumo, menos global, muito mais familiar e intimista. Vale agora a pena retirar lições para o futuro e compreender os efeitos sinérgicos entre



alterações globais e qualidade de vida das populações, entre ecologia e economia.

O Governo decretou, e bem, investir na reflorestação. Mas a floresta tem de passar de uma lógica de produção de madeira e papel para uma lógica de serviços de ecossistema. Um trabalho recente, de uma equipa internacional liderada por Rúben Heleno da Universidade de Coimbra, mostrou que as invasões biológicas, perda de biodiversidade, fragmentação de habitat, aumento de temperatura e sobreexploração ameaçam a persistência das comunidades biológicas por perda das interações complexas que se estabelecem a nível das cadeias alimentares. Sem elas, ecossistemas com elevada biodiversidade podem passar rapidamente para habitats empobrecidos. Isto é o que acontece nas monoculturas intensivas, florestais ou agrícolas. Assegurando a biodiversidade e resiliência dos ecossistemas durante a reflorestação pode-se estimular, de forma estratégica, novos modelos de negócio, com base na diversificação e sustentabilidade de explorações, reocupação de territórios abandonados e na exploração de um turismo de qualidade.

A pandemia não nos afastou de uma crise climática e de perda de biodiversidade. Nesse sentido, porque não promover a produção certificada de frutos secos de sequeiro, como a alfarroba, amêndoa e figo? O valor económico da alfarrobeira, por exemplo, passa por um incremento na valorização do fruto como um todo e na diversificação das suas utilizações. Também o potencial de sequestro de carbono das árvores deve ser claramente assumido como nova



A tríade biodiversidade, alterações climáticas e saúde pública nunca mais deve ser esquecida, e os três vértices do triângulo deviam servir para delinear futuras estratégias económicas. O tempo certo é este e não pode, nem deve, ser desperdiçado

fonte de renda, já que pode constituir um efectivo e contínuo aumento de armazenamento de carbono. Para além da produção de fruto, esta poderia ser uma nova forma de rentabilizar, a longo prazo, culturas tradicionais do Sul da Europa e contribuir para a meta de redução de emissões de CO2 a que Portugal se comprometeu.

Se se estimula a produção de energia renovável favorecendo as empresas que exploram o sol, o vento ou a água, porque não se incentiva os proprietários, cooperativas ou empresas que preservem e mantenham um ecossistema agro-florestal que assegure a biodiversidade? A

barreira a epidemias, a qualidade da água, do solo e do ar e o armazenamento de carbono são serviços de inigualável valor que os ecossistemas providenciam. É tempo de os considerar nos modelos económicos.

Esta pandemia realça ainda a importância do conhecimento científico. É nestas alturas que se constata as lacunas e sobressaem as limitações. Impõe-se o investimento, sério e contínuo, na formação e no suporte de um corpo científico diversificado. A “escola” leva tempo a formar-se mas perde-se rapidamente se não for mantida.

No presente quadro de emergência, o sistema económico mostrou-se frágil e disfuncional e o sistema científico, apesar de assentar em financiamentos débeis e pouco ambiciosos, mostrou-se destemido, inovador e cooperativo. É na adversidade que as sociedades se transformam, as oportunidades permitem ideias renovadoras e se redireccionam empregos. É tempo de consultar e apoiar os cientistas com conhecimentos científicos diversos, para apontar novas estratégias políticas de desenvolvimento, mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e social. A tríade biodiversidade, alterações climáticas e saúde pública nunca mais deve ser esquecida, e os três vértices do triângulo deviam servir para delinear futuras estratégias económicas. O tempo certo é este e não pode, nem deve, ser desperdiçado.

Bióloga, professora catedrática de Ciências da Universidade de Lisboa; presidente da Sociedade Portuguesa de Ecologia